

## Oficiais de Justiça receiam ficar este mês sem subsídio de refeição

A medida não está confirmada, mas a informação entre os oficiais de justiça é que o Ministério da Justiça se prepara para não processar este mês o subsídio de alimentação. “Já contactámos a DGAJ [Direcção-Geral da Administração da Justiça] e o que nos disseram é que essa era uma hipótese que não estava ainda fechada”, disse ontem o presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça (SOJ), Carlos Almeida, adiantando que aquela informação terá tido origem dentro da própria DGAJ. O PÚBLICO procurou ontem esclarecer a posição do Ministério da Justiça sobre a matéria, mas até ao início da noite a resposta não tinha ainda chegado.

Já em Janeiro, recorde-se não foi pago o complemento de ordenado que é devido aos funcionários dos tribunais pelo trabalho fora do horário de serviço. A justificação juntava o facto de não ter sido ainda aprovado o Orçamento de Estado e o de serem devidas apenas 11 prestações por ano, que seriam integralmente pagas nos restantes meses do ano. Como o pagamento do subsídio de alimentação também não tem lugar no mês de férias, tal supressão seria agora igualmente antecipada para Fevereiro.

Para o sindicato, esta é uma medida que, a confirmar-se, “não tem qualquer justificação razoável”, até porque não acontece em qualquer outro ministério ou sector da função pública. “Seria uma desconsideração muito grande e os funcionários da justiça teriam que tomar uma posição”, adverte Carlos Almeida, que contesta também a atitude do actual responsável pela DGAJ, o juiz Rodrigues da Cunha. “No anterior Governo tínhamos um ministro que não dialogava e uma direcção-geral compreensiva e dialogante, agora que temos um ministro com vontade de dialogar e resolver os problemas é a DGAJ que nada diz”, lamenta-se o presidente do sindicato.

Mais que as questões ligadas à aprovação do Orçamento de Estado ou hipotéticos problemas de tesouraria, os oficiais de justiça estão convencidos que é outra a perspectiva. “O que não queremos é estar a ser usados para estratégias políticas”, diz o presidente do SOJ, lembrando o que se passou no Verão do ano passado, quando o suplemento foi pago mesmo no mês de férias, levando ao convencimento de que tinha sido integrado no vencimento, como há muito reivindicam e tinha sido reconhecido pelos governantes. “Em Novembro, passadas as eleições, vieram dizer que houve um erro e retiraram o complemento”, lembra Carlos Almeida, receando que volte a ser a política a estar por detrás de tudo.